

Candidatos defendem "choque" na dívida

por José Casado de São Paulo

Os custos da grande dívida externa acumulada pelo País tendem a se constituir no tema principal da campanha dos candidatos do PMDB, do PDT e do PT à Presidência da República na eleição marcada para o próximo ano.

A dívida é de cerca de US\$ 115 bilhões, segundo estimativas recentes. Nos últimos cinco dias, em diferentes locais, os candidatos Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Luiz Ignácio Lula da Silva (PT) apresentaram, em público, suas idéias sobre o que o País deve fazer, no governo que começa em março de 1990.

Os três, que politicamente são dos mais fortes entre os que aspiram suceder ao presidente José Sarney, propuseram um tratamento de "choque" na dívida externa.

"Não podemos ficar com essa dívida estrangulando o País como um torniquete implacável", justificou Ulysses Guimarães, ontem, em São Paulo, num discurso para uma platéia de trezentos empresários. "A América Latina deve deixar de pagar os juros da dívida externa, porque já pagou demais", sugeriu Leonel Brizola na terça-feira, em Paris, num pronunciamento durante a instalação do Conselho da Internacional Socialista. "Propomos parar de pagar imediatamente os juros", afirmou Luiz Ignácio Lula da Silva, na sexta-feira, em São Paulo.

O objetivo dos três, também, é coincidente: conseguir, através do "choque", uma redução efetiva no valor da dívida. "Os bancos internacionais já estão preparados para isso", acha Ulysses, "pois constituíram reservas, provisionando-se." Brizola acha admissível pagar apenas o principal, "em prazos razoáveis", pois os juros que estão sendo cobrados não

(Continua na página 8)

Candidatos defendem "choque" na dívida

por José Casado de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

têm paralelo "em tempo algum da humanidade, nem para as chamadas dívidas de guerra". Lula sugere um levantamento de cada contrato externo já assinado e, depois, negociação para reduzir o valor, sem juros.

Baseiam-se, de certa forma, na experiência da recente moratória externa decretada na gestão do ex-ministro Dilson Funaro, da Fazenda, que ontem assistiu ao discurso de Ulysses aos empresários paulistas, e, em seguida, reforçou-o com uma veemente defesa da viabilidade do "choque" na dívida como arma política para se conseguir uma efetiva redução nos débitos externos.

O discurso contra os credores internacionais, porém, não é um privilégio da cena política brasileira, no momento. Foi com ele, por exemplo, que Carlos Salinas de Gortari elegeu-se e tomou posse como novo presidente do México, no início do mês. Foi, também, com a pregação de idéias assim que Carlos Andrés Pérez venceu as eleições na Venezuela, na semana passada. Na Argentina, o candidato peronista Carlos Saúl Menem, líder em todas as pesquisas, há tempos propõe um enfrentamento com os credores estrangeiros.

Brasil, Argentina, México e Venezuela são os quatro maiores devedores da América Latina, com débitos totais que ascendem a US\$ 350 bilhões. Um dos últimos governos da região que continua pagando o principal e os juros de sua dívida, o do presidente Virgílio Barco, da Colômbia, anuncia para janeiro próximo a suspensão de parte das transferências ao exterior.

Tudo indica que os banqueiros estrangeiros, a partir do próximo ano, terão que se preocupar mais com a política nos países latino-americanos do que vinham fazendo até agora. O caso do Brasil é exemplar nesse sentido. Até mesmo porque há um forte candidato da esquerda — Lula, o líder do PT — que, além da moratória, está propondo estatizar todo o sistema financeiro do País, incluindo as agências dos bancos internacionais.

Os banqueiros ensaiam reações: "Se a primeira moratória não deu certo, por que a segunda daria?", questionava, ontem, Stewart Barrowcliff, vice-presidente do Security Pacific Merchant Bank, a quinta maior instituição financeira dos Estados Unidos.

"Que ela tem poder de sensibilizar os bancos, tem sim", argumentou, em conversa com o repórter Ronaldo D'Ercole, pelo telefone, de Los Angeles. "Mas esse discurso só serve para desviar a atenção do descontrolado do governo sobre o déficit nas contas públicas e da manutenção de empresas estatais deficitárias", acrescentou.

Já Antônio de Pádua Rocha Diniz, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) e do Banco Nacional, revela-se mais preocupado com o discurso eleitoral sobre a estatização do sistema financeiro. "Todos os países que empreenderam este caminho", disse à editora Angela Bittencourt, ontem, em São Paulo, "já estão de volta". Tais propostas, ele acha, se permanecem le-

vam o País "a andar na contramão, seguramente".

O industrial Mário Amato, presidente da influente Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e sócio de vários grupos estrangeiros em diferentes empreendimentos, olha com preocupação os rumos da sucessão presidencial e as propostas que começam a surgir dos diferentes candidatos, mas insiste: "Já passamos da fase de república tropical, na qual os resultados das urnas ou as crises na economia tornam-se, de imediato, motivos para temores ou justificativas para retrocesso".

E vai além, contrapondo-se ao presidente Sarney — para quem as propostas econômicas "de esquerda" colocam o País no rumo do socialismo —, dizendo entender que "a opção pela democracia é definitiva, irreversível, e não se vincula, em nenhuma hipótese, à vitória eleitoral dessa ou daquela tendência política".

Há, porém, quem entenda que esse tipo de pregação dos candidatos à Presidência da República deve-se, sobretudo, à momentânea inação dos empresários. "Eles estão olhando o processo sucessório, no momento, em uma postura extremamente comoda, distanciada", julga, por exemplo, Laerte Setúbal Filho, membro do conselho de administração de empresas como Siemens, Duratex, Artex e Hering. "Eles ganharam rios de dinheiro, neste ano, e estão na mesma postura de um gato gordo, refestelado. Com isso, abrem espaço ao discurso de esquerda."

Mas, não é a esquerda quem, historicamente, tem melhor administrado as economias no sentido do avanço social — argumenta o ex-ministro Dilson Funaro. "São os países modernos, as modernas democracias, que têm operado essa transição."

No caso brasileiro, observa, o discurso eleitoral sobre o "choque" na dívida externa, por exemplo, seria tão necessário quanto a sua real execução, no governo que toma posse em março de 1990. "Não é mais possível que nações ricas, como os Estados Unidos, cresçam um Brasil por ano e atem os países pobres a contratos que os deixam fadados à convivência com problemas sociais gravíssimos."

Acrescenta: "Quando se assina um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) fixando-se que o Brasil terá um superávit anual de US\$ 14 bilhões, US\$ 15 bilhões ou mais, na balança comercial, é preciso entender que se está assinando uma redução na renda do trabalhador brasileiro, porque está-se limitando as importações, o crescimento econômico e o avanço na partilha da renda", diz o autor da moratória da dívida externa, em 1987.

Certamente, é a convergência nesse tipo de visão dos problemas nacionais que está na gênese de discursos de campanha tão semelhantes, de candidatos de origens e perfis tão dispares quanto o antigo militante do PSD liberal-conservador, Ulysses Guimarães, o ex-torneiro-mecânico e líder sindical, Lula, e o ex-governador Brizola, transformado em símbolo do "comunismo", duas décadas atrás, depois de estatizar os negócios gaúchos da International Telegraph and Telephone, dos Estados Unidos.